

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

11.2023



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	6
NOTÍCIAS DO MPF.....	9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	10
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	11

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito - Residente

NOTÍCIAS DO MPMT

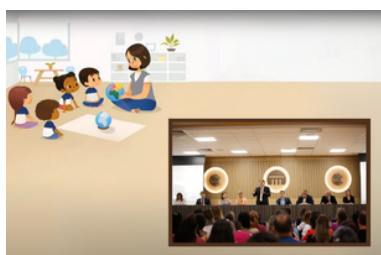


[Professores concluem cursos de mediação escolar e círculos de paz](#)

Trinta e quatro professores da rede estadual e municipal de ensino, que atuam em Cuiabá e Várzea Grande, receberam certificado de conclusão do curso de facilitador de círculo de construção de paz e de técnicas de mediação escolar e familiar. Após quase um ano de formação, os profissionais da Educação estão preparados para atuar na prevenção e mitigação de conflitos na comunidade escolar, promovendo um ambiente mais harmonioso de estudos e convivência.



[MPMT discute combate à evasão escolar e à baixa cobertura vacinal](#)



Integrantes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) participaram da abertura institucional da capacitação “Mato Grosso unido pela infância: construindo compromisso para matrícula escolar e imunização”, na sede do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). Destinada a gestores de todo o estado, a capacitação é realizada em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O objetivo da iniciativa é aprimorar estratégias para diagnosticar e resolver o déficit da cobertura vacinal e a evasão escolar, por meio da utilização das plataformas Busca Ativa Escolar e Busca Ativa Vacinal.

[Biblioteca do MPMT é inaugurada e está de portas abertas à comunidade](#)

Amantes da leitura e do conhecimento passam a contar com mais um espaço cultural em Cuiabá. No final da tarde desta quinta-feira (26), foi inaugurada a Biblioteca Attílio Ourives, localizada na sede das Promotorias de Justiça de Cuiabá. A solenidade de inauguração contou com a participação de membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, servidores da instituição, integrantes da magistratura, da advocacia e do Conselho Estadual de Educação, entre outros



Projeto Prevenção Começa na Escola visitará 36 escolas em VG



Cerca de 200 alunos da Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Honorato Pedroso de Barros, em Várzea Grande, participaram do projeto “Prevenção Começa na Escola”, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso com apoio do Município. Essa foi a primeira unidade de um total de 36 escolas a serem visitadas pelo projeto em outubro e novembro deste ano.

Promotores compartilham vivências na carreira no MP com acadêmicos

As vivências, os sonhos, os valores e o caminho percorrido na carreira no Ministério Público do Estado de Mato Grosso foram o fio condutor das palestras do dia 16 de outubro do projeto MP Sem Mistério, que recebeu 35 alunos do curso de Direito da Universidade de Cuiabá (Unic), do primeiro ao décimo semestre.



Estudantes participam de palestra sobre bullying e cyberbullying



Estudantes da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, no município de São Félix do Araguaia, a 1.050 km de Cuiabá, participaram de um bate-papo com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso sobre bullying e cyberbullying. O tema foi abordado pelo promotor de Justiça substituto Rodrigo Silva. Durante a palestra, o promotor de Justiça substituto explicou aos estudantes que a principal diferença do bullying para o cyberbullying está nos métodos e ferramentas utilizados pelo praticante. “Enquanto o bullying ocorre no mundo real, o cyberbullying ocorre no mundo virtual”, disse.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[Campanha "Bullying: isso não é brincadeira!", do MPSC, incentiva diálogo sobre o tema entre todas as idades](#)



Palavra de origem inglesa, bullying é uma prática de intimidação e desrespeito que compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetitivas adotadas por uma pessoa ou grupo contra outra pessoa ou grupo, causando dor, angústia e sofrimento. O bullying ocorre em uma relação desigual de poder e é um problema social que acontece também em ambientes virtuais e fora da escola, como na rua ou em áreas de lazer e até mesmo com adultos nos locais de trabalho.

[Cartilha contra bullying elaborada pelo MPGO vira peça de teatro infantil, em parceria do conselho de direitos da criança com município de inhumas.](#)

O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Inhumas, com apoio do Ministério Público de Goiás (MPGO) e da prefeitura, vai lançar o espetáculo teatral Olha Pra Mim. A peça, produzida pelo Grupo Imagem, compõe as ações formativas de prevenção contra o bullying da campanha “Só é brincadeira se não faz mal a ninguém”, concebida pelo MPGO. [Clique aqui para ter acesso a Cartilha.](#)



[MPPR Responde - Edição da semana trata de bullying e violência no ambiente escolar](#)

O MPPR responde traz perguntas sobre bullying e violência no ambiente escolar. Quem atende as questões é a promotora de Justiça Beatriz Spindler de Oliveira Leite, que integra a equipe do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança, do Adolescente e da Educação, unidade especializada do Ministério Público do Paraná. Confira:

[- Meu filho sofre bullying mas a escola não tem feito nada concreto para ajudar. A quem posso recorrer?](#)

[- Um colega da sala do meu filho diz que vai levar uma arma na escola para se vingar de desavenças. Como e a quem isso deve ser noticiado?](#)

[MPRJ ajuíza ação para que Município do Rio realize concurso público para Agente de Apoio à Educação Especial](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ajuizou ação civil pública (ACP) para que o Município do Rio realize concurso público para provimento dos cargos efetivos de Agente de Apoio à Educação Especial. De acordo com o pedido de urgência formulado pela 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação da Capital, o concurso deverá ser realizado no prazo de 60 dias. Para mais detalhes, acesse a [petição inicial da ACP](#).



[Justiça atende pedido do MPAM e suspende limites de matrícula de alunos com deficiência no sistema de ensino municipal e estadual](#)



Atendendo a pedido do Ministério Público do Amazonas, o Juizado da Infância e Juventude - Cível determinou a suspensão, no prazo de 48 horas, do limite de matrícula de alunos com deficiência no sistema municipal e estadual de ensino. A suspensão foi determinada no curso do Processo nº 0943085-20.2023.8.04.0001 pela Juíza Scarlet Braga Viana. A limitação de vagas para pessoas com deficiência foi instituída pelos conselhos de Educação do Município de Manaus (Res. nº 011/CME/2016) e do Estado do Amazonas (a Resolução n. 138/2012-CEE/AM) e, segundo Vitor Fonseca, restringir o acesso de crianças e adolescentes com deficiência, configura discriminação à condição pessoal da criança ou adolescente.

[MPGO e Defensoria Pública garantem possibilidade de retorno de estudantes transferidos compulsoriamente para o eja e que queiram voltar ao ensino regular.](#)

Em ação conjunta movida pelo Ministério Público de Goiás (MPGO) e a Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE) contra o Estado, a juíza Maria Socorro Afonso da Silva acolheu parcialmente os pedidos liminares apresentados no processo. Assim, o Estado de Goiás terá 20 dias para retornar ao ensino noturno regular aqueles estudantes que foram transferidos compulsoriamente para turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio de preenchimento de formulário próprio firmado pelo seu representante legal.



[MPMA recomenda capacitação sobre primeiros socorros em escolas](#)



O Ministério Público do Maranhão expediu Recomendação aos municípios de Imperatriz, Davinópolis e Governador Edison Lobão, orientando para a adoção de noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica, além de acolhimento institucional e recreação infantil. De acordo com a Lei Federal n. 13.722/2018 (Lei Lucas), é obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil, que deve ser estendido às instituições de acolhimento institucional.

[GEDUC apura política de tecnologia e erros em material didático do Estado de São Paulo](#)

O Grupo de Atuação Especial de Educação (GEDUC) do Ministério Público do Estado de São Paulo instaurou Procedimento Administrativo de Acompanhamento para verificar a política pública implementada pela Secretaria de Estado da Educação com vistas ao uso de tecnologias na rede pública de ensino. O PAA teve início diante do registro de diversas

MPSP
Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[Nota técnica do FNDE facilita acesso de povos tradicionais ao programa de alimentação escolar](#)

Na compra de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), as entidades executoras devem aceitar, já em 2023, o registro de povos indígenas e comunidades tradicionais no Número de Identificação Social (NIS) do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) quando esses produtores não apresentarem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). [Veja a íntegra da Nota Técnica.](#)



[Após recomendação do MPF, Unir adota bonificação para estudantes de escolas públicas de Rondônia](#)



Candidatos aos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia (Unir) que tenham cursado todo ensino médio regular e presencial em escolas públicas no estado vão ter direito a um acréscimo de 18% às notas em qualquer uma das modalidades de ingresso ou processo seletivo. A bonificação se deu após uma recomendação do Ministério Público Federal (MPF), que foi acatada pela Unir.

[MPF recomenda que seleção de professores para escolas indígenas em Rondônia priorize candidatos das etnias](#)

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou, nessa terça-feira (24), duas recomendações ao Estado de Rondônia para a adoção de medidas que respeitem as tradições e culturas dos povos originários locais no processo de seleção de professores para escolas indígenas do 6º ao 9º ano do ensino médio. O edital lançado em setembro visa a contratação temporária de aproximadamente 100 profissionais para ocuparem vagas de professor nível A e B, que atuarão nas escolas vinculadas à Secretaria de Estado da Educação (Seduc), voltadas ao público indígena. [Confira a íntegra das recomendações.](#)



NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF mantém inconstitucionalidade de lei de SC que autorizava ensino domiciliar

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) que julgou inconstitucionais dispositivos de lei daquele estado que previam a possibilidade de ensino domiciliar (homeschooling). A decisão se deu no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1459567. Processo relacionado: [ARE 1459567](#).



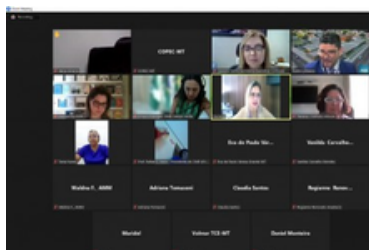
2ª Turma garante matrícula de criança em escola pública do DF próxima à residência



A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurou a uma menina de 11 anos o direito de ser matriculada em escola pública próxima de sua residência, no Distrito Federal. A decisão unânime foi tomada no julgamento de agravo regimental no Recurso Extraordinário (RE) 1301366, na sessão virtual finalizada em 27/10. Em dezembro de 2019, a mãe havia solicitado a matrícula da filha em escola da rede pública perto de sua casa, mas a Secretaria de Educação do DF alegou falta de vagas. A Defensoria Pública do Distrito Federal, então, acionou a Justiça para assegurar a matrícula, sustentando que a mãe não tinha condições de pagar escola particular nem transporte para a escola onde havia vaga.

OUTRAS NOTÍCIAS

[Gaepe-MT completa um ano de instalação já como case de sucesso em governança](#)



O Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Mato Grosso (Gaepe-MT) completou um ano de funcionamento no dia 24 de outubro e já pode ser considerado um case de sucesso na perspectiva de governança horizontal e colaborativa. Atualmente, conta com 19 instituições que se reúnem em encontros mensais para debate da temática educacional, com foco em políticas públicas voltadas à primeira infância (0 a 6 anos), especialmente creches, alfabetização na idade certa e recomposição de aprendizagem.

[Após mobilização feita pelo TCE-MT, 107 prefeituras aderem ao pacto pela educação](#)

O Pacto Interinstitucional pela Educação na Primeira Infância (0 a 6 anos) em Mato Grosso já tem a adesão de 107 municípios do estado. Esse número foi alcançado por conta de esforço concentrado realizado pela Comissão Permanente de Educação e Cultura do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), presidida pelo conselheiro Antonio Joaquim.

Lançado em 17 de maio, o pacto estava com a adesão estagnada em 28 municípios. De 9 a 25 de outubro, a mobilização provocou a adesão de 79 prefeitos ao documento, que prevê compromissos e diretrizes para aprimoramento dessa política pública.



[Grupo de trabalho do CNMP trata de combate à violência nas escolas em 1ª reunião de integrantes](#)



Aconteceu, em 17 de outubro, a 1ª reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional Violência nas Escolas, vinculado à Comissão da Infância, Juventude e Educação (Cije) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O encontro ocorreu na sala da Presidência da Instituição e promoveu o intercâmbio de informações e a troca de experiências para o aprofundamento do tema abordado.

Governo entrega 625 chromebooks para uso de estudantes de escola estadual em Cuiabá

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) entregou 625 chromebooks para estudantes da Escola Estadual Professora Eliane Digigov Santana, em Cuiabá. O investimento de mais de R\$ 1,4 milhão tem o objetivo de melhorar o aprendizado dos estudantes da rede estadual de ensino com a ampliação do tempo de estudo dos alunos nas plataformas de ensino.



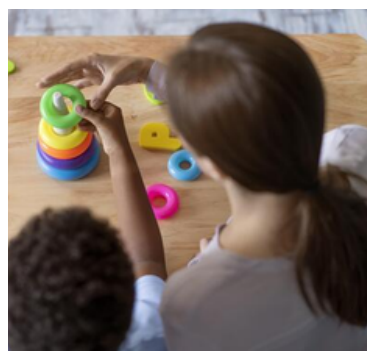
Rondonópolis se torna a 'Capital da Justiça Restaurativa'



O Projeto ELO – Fortalecendo a Justiça, realizado pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, não para de surpreender. Durante toda a semana, o município de Rondonópolis (220 km ao sul de Cuiabá) se transformou na 'Capital da Justiça Restaurativa'. Até o dia 06 de outubro, terão sido realizados mais de 70 Círculos de Construção de Paz, aplicados em 21 escolas da rede estadual de ensino, com a participação de mais de 1.000 alunos. Os números são expressivos, assim como o projeto do Poder Judiciário de levar a pacificação social para 100% das escolas do Estado.

Mãe de criança com TEA vai trabalhar menos, sem perda salarial, para cuidar do filho

Uma professora da rede pública obteve na Justiça o direito à redução da jornada de trabalho em 50%, sem prejuízo salarial, para cuidar do filho diagnosticado com autismo associado ao transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. A decisão partiu do juízo da 3a. Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville, que para tanto tomou por base a Lei 12.764/2012, que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.



Estado e Município devem garantir monitor para transporte escolar de criança com tea

A juíza da Vara Única de Muqui condenou o município e o estado do Espírito Santo a providenciarem, de forma solidária, a inclusão de monitor no transporte escolar utilizado por uma criança com transtorno do espectro autista (TEA), que foi representada na ação

por sua mãe. Segundo o processo, o transporte escolar conduz cerca de 20 crianças, incluindo o autor, e não possui monitor, o que obriga a mãe do menino a acompanhá-lo todos os dias no trajeto até a escola municipal onde ele estuda. A mãe contou também que tentou solucionar de forma administrativa a questão, mas teve seu pedido negado.

[Irmãos aprovados em Medicina sem o ensino médio vão poder concluir faculdade, diz TJ](#)



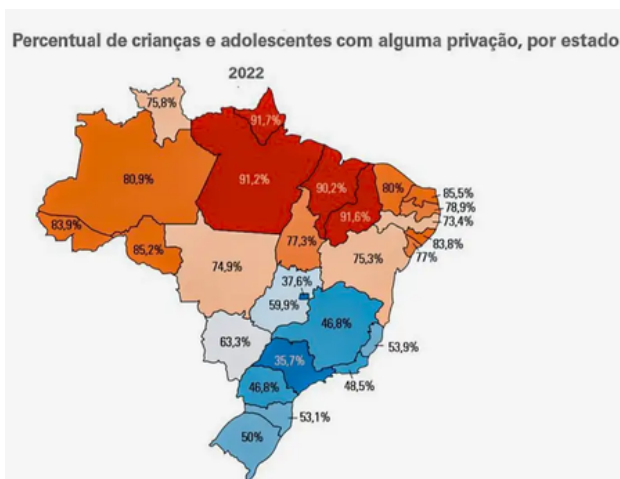
Em decisão monocrática adotada durante plantão, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina não conheceu de remessa necessária e julgou extinto o processo por perda superveniente de objeto. Os autos tratavam de mandado de segurança impetrado por dois irmãos que obtiveram aprovação em vestibular prestado para curso de Medicina, em faculdade do planalto norte do Estado, antes porém da conclusão do ensino médio.

[Primeira Turma confirma reintegração de aluno do ITA com TDAH ao curso de Engenharia](#)

A Primeira Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) determinou ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) reintegrar um estudante de graduação em Engenharia, excluído do curso por insuficiência de aproveitamento escolar, motivado por problemas de saúde. Para os magistrados, o aluno comprovou por meio de laudos e atestados médicos que não pôde realizar, em setembro e novembro de 2022, prova de uma disciplina, por sofrer quadro depressivo, ansiedade e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), com prescrição de medicamentos para tratamento psiquiátrico.

[Unicef: analfabetismo em crianças brasileiras dobra durante a pandemia](#)

Apesar da pandemia da covid-19, que causou impactos econômicos e sociais no país e no mundo, o Brasil apresentou melhora em índices de pobreza na infância. No entanto, viu dobrar a taxa de analfabetismo em crianças. Os dados constam do relatório Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil, divulgado em 10 de outubro de 2023, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).





MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso
cao.educacao@mpmt.mp.br

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br